

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO COMO GARANTIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Autor(es)

Narda Roberta Da Silva
Gabriela Esequiel Cristovão

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

A descriminalização do aborto como garantia plena, ampla e de grande relevância de alguns direitos previstos no Art.5º da Constituição Federal para a mulher. Partimos do pressuposto do Art. 5º da Constituição Federal, a criminalização do aborto, prevista no Art. 124 e Art. 126 do Código Penal, “seria” inconstitucional. Art. 5º da Constituição Federal; todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Além disso, a criminalização do aborto se determina por fatores moralistas ligados a religião(cristianismo/catolismo).

Objetivo

Portanto, conclui-se que a descriminalização do aborto é fundamental e de extrema relevância para a mulher e para os seus direitos fundamentais(garantidos na Constituição Federal) e para o Direito. Sendo assim, ocasionando a plenitude e a integridade da Constituição Federal. Desse modo, gerando completude para a legislação e para ordem social.

Material e Métodos

Segundo dados do IBGE, Cristãos são 86,8% do Brasil em senso realizado em 2010. Desse modo, parâmetros esses que impede a mulher de exercer alguns de seus direitos prescritos no Art. 5º da Constituição Federal. Como exemplos; o direito à liberdade, o direito à saúde e o direito à vida, previstos no mesmo. Vale ressaltar, que a gestação e a continuidade de uma gestação, interfere diretamente e indiretamente na saúde, na liberdade, no corpo e em decisões na vida de uma mulher. Segundo a Ex-Ministra e Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil Rosa Weber, “Maternidade é escolha, não obrigação coercitiva”. Além disso, segundo a então Ministra, “ Impor a continuidade da gravidez, a despeito das particularidades que identificam a realidade

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



experimentada pela gestante, representa forma de violência institucional contra a integridade física – psíquica e moral da mulher, colocando-a como instrumento a serviço das decisões do Estado e da sociedade, mas não suas".

Resultados e Discussão

Portanto, conclui-se que a descriminalização do aborto é fundamental e de extrema relevância para a mulher e para os seus direitos fundamentais (garantidos na Constituição Federal) e para o Direito. Sendo assim, ocasionando a plenitude e a integridade da Constituição Federal. Desse modo, gerando completude para a legislação e para ordem social. "Se uma mulher não tem direito sobre o seu próprio corpo, então ela não tem direito nenhum", frase citada por uma parlamentar em seu discurso de anúncio do direito constitucional do aborto na França. A França tornou-se pioneira na inclusão deste direito em sua constituição no Mundo.

Conclusão

Portanto, conclui-se que a descriminalização do aborto é fundamental e de extrema relevância para a mulher e para os seus direitos fundamentais (garantidos na Constituição Federal) e para o Direito. Sendo assim, ocasionando a plenitude e a integridade da Constituição Federal. Desse modo, gerando completude para a legislação e para ordem social. "Se uma mulher não tem direito sobre o seu próprio corpo, então ela não tem direito nenhum", frase dita por uma parlamentar em anúncio do dire

Referências

- Constituição Federal de 1988 (legislação/lei)
- Código Penal (Legislação/lei)
- Senso IBGE e a religião - <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2>
- Ex-Ministra e Ex-Presidente do STF Rosa Weber (Doutrina) - <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514619&ori=1>
- Legislação internacional / Aplicação internacional - <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c89vxy9n27xo>